

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

Edição nº 618

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE 3031 IÇA	
Boletins	2
Editais	2
Avisos	3
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS	
Portarias	3
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Atos Normativos	
Súmulas de contrato e convênios	4
Editais	2
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Boletins	∠



Ministério Público



Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Rio Grande do Sul

Edição nº 618

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 066/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: DESIGNAR

- a Dra. BRENUSA MARQUARDT CORLETA, Promotora de Justiça, para oferecer DENÚNCIA e acompanhar o feito contra Maria Gedi Leal, com base no Inquérito Policial nº 084/2.10.0000554-3, oriundo da Vara Criminal da Comarca de Butiá, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 3237/2010).
- a Dra. LUCIANA WILLIG SANMARTIN, Promotora de Justiça, para oferecer denúncia e acompanhar o feito contra Luis Antônio Pavin de Menezes, com base no Inquérito Policial nº 132/2.10.0004086-6, oriundo da Vara Criminal da Comarca de Sapiranga e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0157/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011. **BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 067/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INTERINO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE: PROMOVER

- por antiguidade, para o cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de São Borja, de entrância intermediária, o Dr. LEONARDO GIARDIN DE SOUZA, 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari, ID nº 3443647 (Edital 466/10 - PR.00975.01028/2010-8).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011. SÔNIA ELIANA RADIN.

Promotora-Assessora.

EDITAL Nº 032/2011 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 11 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Canguçu, promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00738.00021/2009, em que investigado Osvaldo da Cruz Bitencourt.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2011. **BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 033/2011 - PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Interino, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do PR.00001.02916/2010-1.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2011.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça, Interino.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 618

EDITAL Nº 034/2011 - PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Interino, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo constante do PR.00001.02688/2010-6.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2011.

JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS,

Procurador-Geral de Justiça, Interino.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 07/2011-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
5158-0900/10-4	1337	Delegacia de Polícia do Chuí	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
5037-0900/10-0	1343	Brigada Militar de Porto Alegre – Aju- dância Geral	Mobiliário e Equi- pamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov nº 02/2009
4715-0900/10-0	1311	Conselho Tutelar de Pejuçara	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
12288-0900/07-2	1332	Brigada Militar de Palmeira das Mis- sões – 39º Batalhão	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
5243-0900/10-7	1348	Brigada Militar de Giruá – 7º Regimento	Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011. LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES.

Diretor-Geral Substituto.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

PORTARIA № 08/11-PF ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil, 1.203 do Código de Processo Civil e 10 do Provimento nº 72/2008-PGJ, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA, com sede na cidade de Porto Alegre, de conformidade com o que consta do Processo PR.00031.00322/2010-8.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de janeiro de 2011.

AFONSO ARMANDO KONZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.



Ministério Público



Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 618

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 0198/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS no uso de suas atribuições legais RESOLVE publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no Artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar, SPU.PR.01055.00277/2010-3.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES.

Diretor-Geral Substituto.

SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO № 9994-09.00/09-1 TOMADA DE PREÇOS № 06/09

CONTRATADA: FATOR ENGENHARIA LTDA.; OBJETO: prorrogação do prazo de conclusão e entrega da obra, por 02 (dois) meses, a contar de 1º de fevereiro de 2011, e do período de vigência do ajuste, por 02 (dois) meses, a contar de 02 de junho de 2011; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas; FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de fevereiro de 2011.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,

Diretor-Geral Substituto.

EDITAL № 020/2011 REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento median-

te remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 007/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Civis:

- 1) Inquérito Civil, nº 00941.00005/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, com a finalidade de investigar possíveis fraudes na utilização de convênio, com o uso indevido de carteira do Instituto de Previdência sem a efetivação de consultas e tratamento médico, em município.
- 2) Inquérito Civil, nº 00919.00010/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa na utilização, por parte de servidor público, de "vales" de verba municipal, em município.
- 3) Inquérito Civil, nº 00911.00100/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Taquara, com a finalidade de verificar possíveis práticas de ato de improbidade administrativa nas despesas, em município.
- **4) Inquérito Civil, nº 00911.00105/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa na utilização do abuso de poder recusando quitar débito decorrente de rescisão de contrato.
- **5) Inquérito Civil, nº 00911.00106/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de averiguar possível irregularidade na aplicação de verba municipal destinada para equipar associação, em município.
- **6) Inquérito Civil, nº 00938.00041/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de apurar possíveis maustratos contra idosos, em município.



Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 618

7) Inquérito Civil, nº 00938.00043/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar regularização de situação de incapaz, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de fevereiro de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.